

As outras faces da família brasileira

Dora Isabel Paiva da Costa*

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. 286 páginas.

A família tem sido um tema bastante visitado pelos pesquisadores. Embora haja uma grande tradição de estudos em áreas como a Sociologia e a Antropologia, apenas nos anos 80 do século XX a historiografia brasileira passou a trabalhar o tema de forma mais sistemática, em especial, a partir da Demografia Histórica (Samara e Costa, 1997; Faria, 1997).

Os primeiros estudos sobre a família foram realizados durante o processo de industrialização na Europa, a partir de questionamentos e preocupações moralistas acerca da degradação dos costumes que ocorriam nas famílias de trabalhadores industriais. Estes acreditavam que o bem-estar da sociedade e da nação dependia da estabilidade da família, da autoridade do chefe, da lealdade e obediência dos dependentes¹.

Gilberto Freyre (1975), Sérgio Buarque de Holanda (1982) e Antonio Candido (1951) trilharam caminhos através dos quais o conceito de família patriarcal pretendia descrever as famílias de norte a sul do país, durante três séculos de sua história. Estas, segundo tais autores, caracterizavam-se por grande parentela, sistema hierárquico, autoridade paterna prevalecente, monogamia e indissolubilidade do casamento.

Mais recentemente, autores como Maria Luíza Marcílio (1974), Donald Ramos (1975), Mariza Corrêa (1994) e Maria Odila Silva Dias (1984) chamaram a atenção para a complexidade de formas das famílias

brasileiras, e outros, ainda, chegaram a afirmar que o conceito de família patriarcal tinha um conteúdo densamente ideológico (Samara e Costa, 1997).

Das “grandes famílias”, os historiadores passaram a investigar as famílias dos escravos (Florentino e Góes, 1997; Slenes, 1999), pobres e marginais, e chegaram à conclusão de que estes últimos segmentos possuíam normas e valores próprios que se distinguíam daqueles identificados como os da “grande família patriarcal” brasileira. Desde então, os pesquisadores passaram a estudar as famílias a partir de perspectivas como classe e etnia.

O outro lado da família brasileira segue a vertente de estudos históricos que trabalha no cruzamento de duas grandes áreas de domínio da *Clio*: a demografia histórica e a história social. Procura reconstituir as vidas das mulheres pobres e abastadas que se tornaram chefes de seus domicílios rurais nas primeiras décadas do século XIX, em Campinas, São Paulo.

A atualidade do tema salta-nos à vista quando abrimos os grandes jornais e lemos, a respeito dos censos populacionais brasileiros, que a proporção de domicílios chefiados por mulheres no país saltou de 18,1%, em 1991, para 24% em 2000 (*Folha de S. Paulo*, 8/3/2002, Caderno Cotidiano).

Até os anos 1980, a cara da pobreza brasileira era identificada com pessoas vindas das zonas rurais e de regiões menos desenvolvidas, com ocupações de baixo rendimento, baixa escolaridade e maior faixa etária. A partir dos anos 90, a pobreza passou a ser identificada com pessoas de maior escolaridade, com menor quantidade de filhos, menor faixa etária e, geralmente, provenientes das regiões mais desenvolvidas do país e sem ocupação (Prefeitura de São Paulo, 2002). Resumindo, na década passada a pobreza atingiu mais acentuadamente os jovens e as mulheres, muito embora o nível de pobreza em geral se tenha reduzido na segunda metade dos anos 90.

* Professora da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus Araraquara.

¹ Frédéric Le Play, *La réforme sociale en France déduite de l'observation comparée des peuples européens* (1864), *apud* Laslett e Wall (1972).

Com sensibilidade, Paulo Eduardo Teixeira reconstrói vidas de mulheres anônimas que protagonizaram vivências socialmente diversificadas, provenientes de etnias, faixas etárias, estados matrimoniais e grupos sociais variados.

O livro está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata do importante papel da família no projeto colonizador da Coroa portuguesa. O autor utiliza-se de diversos documentos oficiais, dentre os quais correspondências entre governadores e oficiais da administração real, bem como de uma vasta bibliografia bastante atualizada. A tão reiterada ausência feminina nos discursos oficiais no período colonial é confrontada com a existência de uma política do Estado português no sentido de estimular a formação de famílias, as quais deveriam assegurar a efetiva ocupação e povoamento da colônia e a formação de tropas militares para garantir a defesa do território, mediante a constituição de vilas e povoados com auto-suficiência no abastecimento de gêneros alimentícios. Tal política teria contado, para sua efetivação, com a participação da Igreja, encarregada de sacramentar as uniões pela celebração dos matrimônios monogâmicos.

O segundo capítulo trata da restauração da Capitania de São Paulo e da política de povoamento no governo de Morgado de Mateus. O combate à vadiagem aparece como a principal tarefa do governador, que procurava incentivar a agricultura comercial e o estabelecimento de ocupação para os “vadios”. A prática agrícola itinerante era malvista pelos administradores reais, uma vez que não dava sustentação ao projeto de povoamento. Contudo, foi esta “grande massa de pessoas que viviam em sítios volantes e que, em sua maioria, eram descendentes de índios e mestiços” que “compuseram as populações para a fundação das novas vilas”, conclui o autor.

O terceiro capítulo aborda a composição populacional de Campinas no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. O autor trabalha com censos populacionais deste período, que destacam a viuvez como principal característica da chefia feminina, a ausência de proles

extensas, o crescimento da participação de domicílios singulares e a predominância da presença de filhos homens em alguns domicílios, principalmente naqueles chefiados por mulheres. No entanto, o autor esquece de mencionar o fato de que Campinas, nesta época, era uma região de fronteira, onde predominavam os filhos homens, conforme mostrou o estudo de Dora Costa (2000).

Os quarto e quinto capítulos tratam especificamente da chefia feminina de domicílios. A predominância encontrada foi de viúvas e brancas, muito embora houvesse um contingente nada desprezível de solteiras e casadas (separadas dos maridos). Uma questão importante enfocada pelo autor é como as mulheres detentoras de escravos exerciam controle sobre os mesmos. Teixeira aponta três alternativas: buscar alianças para além do grupo doméstico, casar de novo ou recompensar o escravo pela lealdade. As ocupações mais importantes eram as de agricultoras e costureiras, assim como em outras regiões rurais e urbanas do país. O autor mostra que o número de mulheres que “viviam de suas agências” no ano de 1814 era nulo, e em 1829 dobrou em relação aos homens que ocupavam esta mesma posição de chefes de domicílios, apesar da incipiente urbe campineira. O pequeno comércio ambulante constituía-se em fonte de sobrevivência para a maioria destas mulheres que viviam em ambiente urbano, conforme já havia apontado Maria Odila Dias da Silva (1984).

O autor conclui afirmando que seu trabalho “procurou ressaltar, através do estudo da chefia feminina em Campinas [...] que esse fato esteve vinculado a um processo amplo de povoamento relacionado com o estabelecimento e a consolidação da freguesia, sem o qual dificilmente a lavoura comercial da cana teria sido implantada no momento da explosão dos preços, em 1790” (p. 253).

O outro lado da família brasileira traça um retrato histórico de grande parte das famílias chefiadas por mulheres. Ao contrário do que se imagina, esta situação não foi apenas um subproduto da modernidade, que estimulou a inserção da

mulher no mercado de trabalho. Ela traduz, também, abertura e mobilidade social. No caso brasileiro, o fenômeno – chefia feminina de domicílios – está presente na sociedade desde o período colonial, de norte a sul do país, como mostram os estudos históricos mais recentes.

As causas apontadas em relação ao fenômeno contemporâneo não se relacionam apenas ao crescimento da inserção

das mulheres no mercado de trabalho, mas também às mudanças de comportamento de homens e mulheres (adesão a novos modelos de família, gravidez precoce, dissolução dos casamentos). No caso brasileiro, os historiadores têm contribuído muito para o debate sobre o tema entre as ciências sociais, ao mostrarem que a chefia feminina de domicílios não é um fenômeno exclusivamente contemporâneo.

Referências bibliográficas

CANDIDO, A. The Brazilian family. In: LYNN SMITH, T. e MARCHANT, A. **Brazil: portrait of half a continent**. New York: Dryden, 1951, p. 291-312.

CORRÊA, M. **Colcha de retalhos**. 2ª edição. Campinas: Ed. Unicamp, [1983] 1994.

COSTA, D.I.P. da. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 17, ns. 1-2, 2000, p. 47-66.

DIAS, M.O.S. **Quotidiano e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA, S.C. História da família e demografia histórica. In: **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FLORENTINO, M. e GÓES, J.R. **A paz nas senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. 17ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1975.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. 15ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1982.

LASLETT, P. e WALL, R. (eds.). **Household in past time**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

MARCÍLIO, M.L. **A cidade de São Paulo**. Povoamento e população. 1750-1850. São Paulo: Pioneira, 1974.

RAMOS, D. Marriage and family in colonial Vila Rica. **Hispanic American Historical Review**, v. 73, n. 4, 1975, p. 639-662.

SAMARA, E.M. e COSTA, D.I.P. da. Family, patriarchy and social change in Brazil. **Latin American Research Review**, New Mexico, University of New Mexico, v. 32, n. 1, 1997.

SÃO PAULO (PREFEITURA). Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. **Pobreza dos chefes de domicílios no Brasil: novos determinantes e seu impacto sobre a mulher**, maio de 2002 (Relatório).

SLENES, R. **Na senzala, uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Recebido para publicação em 12/07/2004.

Aceito para publicação em 11/01/2005.